

## Apuração de irregularidades no TRT-RO levará mais tempo

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu estender o prazo de sindicância no Tribunal Regional de Trabalho de Rondônia (14ª Região). O pedido foi feito pela própria comissão que investiga denúncias de irregularidades no tribunal.

Os trabalhos de apuração serão retomados em 1º de agosto e têm previsão de serem concluídos no prazo de dois meses. A comissão é formada pelos ministros João Oreste Dalazen, Gelson de Azevedo e Brito Pereira.

Em auditoria prévia realizada pelo TST foram levantadas várias denúncias. Entre elas, nomeação irregular de juízes classistas, pagamento excessivo de diárias, afastamento indevido de servidores e contratação irregular de servidores.

Durante o Pleno do TST, o ministro Dalazen relatou a estratégia dos 45 dias de trabalho da comissão. Foram tomados 36 depoimentos, a maioria de servidores do próprio TRT.

Segundo o ministro, ainda faltam ouvir “personagens fundamentais” para o esclarecimento das denúncias.

O ministro do TST disse que as apurações e a colheita de provas exigem aprofundamento e devem ser intensificadas. Ele não

descartou a necessidade de laudo pericial suplementar. O

número de denúncias e de documentos é tão grande, segundo o ministro, que o prazo de dois meses pode ser insuficiente para a conclusão da sindicância.

Como a sindicância transcorre em segredo de justiça, o ministro não relatou detalhes da apuração, considerada pelo ministro Rider de Brito “desgastante e difícil”, mas fundamental para o “futuro e o bem de toda a instituição”.

Revista **Consultor Jurídico**, 1º de julho de 2002.

Velocidade reduzida

Apuração de irregularidades no TRT-RO levará mais tempo

Comissão pede mais tempo para apurar irregularidades no TRT-RO

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu estender o prazo de sindicância no Tribunal Regional de Trabalho de Rondônia (14ª Região). O pedido foi feito pela própria comissão que investiga denúncias de irregularidades no tribunal.

Os trabalhos de apuração serão retomados em 1º de agosto e têm previsão de serem concluídos no prazo de dois meses. A comissão é formada pelos ministros João Oreste Dalazen, Gelson de Azevedo e Brito Pereira.

Em auditoria prévia realizada pelo TST foram levantadas várias denúncias. Entre elas, nomeação irregular de juízes classistas, pagamento excessivo de diárias, afastamento

indevido de servidores e contratação irregular de servidores.

Durante o Pleno do TST, o ministro Dalazen relatou a estratégia dos 45 dias de trabalho da comissão. Foram tomados 36 depoimentos, a maioria de servidores do próprio TRT.

Segundo o ministro, ainda faltam ouvir “personagens fundamentais” para o esclarecimento das denúncias.

O ministro do TST disse que as apurações e a colheita de provas exigem aprofundamento e devem ser intensificadas. Ele não descartou a necessidade de laudo pericial suplementar. O número de denúncias e de documentos é tão grande, segundo o ministro, que o prazo de dois meses pode ser insuficiente para a conclusão da sindicância.

Como a sindicância transcorre em segredo de justiça, o ministro não relatou detalhes da apuração, considerada pelo ministro Rider de Brito “desgastante e difícil”, mas fundamental para o “futuro e o bem de toda a instituição”.

Revista **Consultor Jurídico**, 1º de julho de 2002.

**Date Created**

01/07/2002